

SUAS IDEIAS NÃO CORRESPONDEM AOS FATOS: UMA ANÁLISE INDICIÁRIA DO DISCURSO DAS OLIMPIADAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria Carolina de Souza Oliveira
-Mestranda PPGEd/UESB

Prof. Dr. Anderson de Carvalho Pereira
PPGED/UESB

Resumo: Com base na Análise do Discurso (AD) de matriz francesa e no paradigma indiciário de Ginzburg investigamos o discurso autoritário presente nas orientações para a oficina de poemas 01 das Olimpíadas de Língua Portuguesa (OLP). O paradigma indiciário consiste em remeter pistas e indícios ao passado, em uma postura venatória, o que em AD implica em considerar o já dito e marcas do interdiscurso. Tal percurso nos apontou para o apagamento do sujeito-professor e sujeito-aluno por meio da análise de formações discursivas e imaginárias presentes na materialidade discursiva analisada, composta por textos de alunos de uma escola de ensino fundamental do município de Jequié, Bahia, escritos na realização da oficina de poemas 1 da OLP.

Palavras chave: Análise do Discurso francesa, oficina de poemas, paradigma indiciário.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo investigar indícios de discurso autoritário e possíveis interdições dos sujeitos alunos e professores nos manuais da Olimpíada Língua Portuguesa (OLP) edição de 2016 oficinas de poemas – POETAS NA ESCOLA - destinadas a alunos e alunas de sexto ano em parceria do MEC com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). O objetivo principal da oficina é incentivar a produção escrita do gênero poema dentro do mote “O lugar onde eu vivo” em formato de competição nacional além de promover formação continuada para os professores inscritos.

A olimpíada ocorre em duas etapas: formação de professores e concurso. Nos anos pares, são realizadas as ações de formação e oficinas com os professores e os alunos, o concurso e a premiação. Nos anos ímpares, as atividades complementares de formação presencial e a

distância, análise e publicação dos textos semifinalistas e das práticas dos professores. A primeira edição foi realizada em 2008 e 2009.

Como 2016 era ano da edição da OLP a professora de Língua Portuguesa de uma escola estadual do município de Jequié Bahia utilizou o passo a passo das oficinas: POETAS NA ESCOLA do material enviado pela OLP para as escolas de todo o Brasil como planejamento da II unidade. Foram seguidas praticamente à risca, sendo quinze oficinas ao total. Em parceria com a Fundação Itaú cultural e CENPEC, o MEC realiza a cada dois anos essa Olimpíada com o objetivo de “incentivar a escrita” e investir na formação do professor. O gênero poema até então era indicado para as turmas de quinto e sexto anos.

Aqui nos interessa salientar que recorreremos à análise indiciária do discurso da OLP seguindo as orientações de Ginzburg (1989), pois entendemos que há pistas no texto base das orientações aos professores e alunos que apagam a autoria ao invés de incentivá-la e esse olhar minucioso como bem prega a análise indiciária nos acompanhará durante todo o processo. Embora este autor não se ocupe de análise textual, a filiação ao seu modo de interpretar os “dados” decorre da interface com a proposta de letramento de Tfouni (1993,1995,1996,1998,2001,2005,2008,2009) e de reificação da escrita de Pereira (2011) que serão o norte para a investigação dos indícios da posição de sujeitos autores que possam emergir durante o processo orientado pelas oficinas da OLP. Além disso, concordamos com Orlandi (1995) quando nos diz que o Discurso Pedagógico Autoritário se faz presente no material didático das escolas brasileiras e a presença de uma instituição particular como a fundação Itaú social nos traz desconfiança quanto à situação de controle que manuais desse tipo possam imprimir às escolas públicas brasileiras disfarçadas de uma competição bem intencionada onde alunos serão incentivados a escrever. Quem nos chamou a atenção para essa intencionalidade nada neutra foi Pacífico e Romão (2011).

Não se trata de julgar se a escrita se coloca como superior à fala, pois a proposta de textos escritos já é bem clara nas orientações das oficinas além do pouco espaço concedido à oralidade, o que indica que o modelo autônomo de letramento (cf. PEREIRA, 2011) se configura e é cristalizado nos manuais da OLP. Principalmente nas orientações oficiais dadas ao gênero escolhido para as turmas de sexto ano: poema. A noção de paráfrase e polissemia (ORLANDI,1999 p. 9) permeará nossa análise indiciária pois a autora quando diz “que o leitor imaginário é aquele que o autor imagina e para quem dirige seu texto tanto pode ser seu cúmplice quanto adversário”. Entendemos que o leitor para quem o texto da OLP se dirige é

um cúmplice pois em nenhum momento lhe é dado voz e vez e sua função passiva é executar as “orientações” de uma equipe que muito se preocupa em não formar adversários.

Aspectos Teóricos

Pereira (2017) já havia nos alertado sobre a questão política que envolve o predomínio da escrita nos manuais didáticos em dicotomia com as subjetividades indiciadas pelas pistas. O racionalismo sempre no controle e consolidando a escrita como superior à fala, os imprevistos sempre sendo contidos.

O que está em questão no predomínio da tradição galileano-cartesiana, que em parte conduziu essa prevalência recente do logocentrismo da escrita é que não mais o jogo com o traço passa a ser esse marcador de ausência. Desta forma se privilegia o paradigma do sujeito do conhecimento de tradição empirista que despreza o caráter volátil, fugaz, efêmero do gesto interpretativo da pista, da marca, da rasura. (PEREIRA, 2017).

A equipe que assina o material didático da OLP em suas formações imaginárias autoritária sobre o perfil de alunos e professores das escolas públicas brasileiras direciona suas instruções para um professor supostamente não-autor como bem nos alertou Pacífico e Romão (2011) quando criticaram o discurso oficial que controla professores e alunos, ofertando –lhes roteiros de escrita, colocando-os como alguém que não é sujeito da linguagem mas estaria sempre em vias de ser. As autoras fizeram uma análise também apurada do texto inicial da OLP e quais suas reais intenções ao eclodirem nas escolas como orientações inquestionáveis. Colocaram o foco no analista do discurso como um observador do palco de conflitos entre o institucionalizado e o “diferente” sempre nos provocando a desconfiar da tentativa de controle imposta pelo discurso “neutro” da OLP.

Orlandi (1999) reitera o pensamento das autoras quando nos diz que a posição ocupada pelos que produzem os textos determina os sentidos desta materialidade. É nessa relação de forças que vamos direcionar nossa análise indiciária, pois o analista do discurso se atém aos sentidos produzidos pelos enunciados, além de considerar as condições sócio-históricas de produção de “objetos” discursivos lidos e escritos e os efeitos de sentido que eles produzem.

A noção de *continuum* defendida por Orlandi (1999, p.18) também é decisiva, pois aponta para a intertextualidade quando afirma que “todo discurso nasce em outro e aponta para outro resultando processos discursivos sedimentados”. Nesta pesquisa, é relevante saber o porquê de manuais sempre estarem presentes nas escolas como uma suposta solução para os problemas quase que insolucionáveis referentes a leitura e escrita.

Por conta disso, recorreremos também à Tfouni e Assolini (2008), pois nos subordinamos a seus pressupostos tanto teóricos quanto metodológicos, uma vez que as mesmas encontram-se amparadas nos postulados teórico- metodológicos da análise do discurso de linha francesa e nos ampliam o conceito discursivo de letramento para assim, também apontarem um percurso indiciário para a descoberta da autoria nos alunos- poetas.

A especificidade da AD está em considerar a língua na sociedade e na história fazendo intervir a ideologia, uma vez que se filia ao pressuposto pecheutiano de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. O discursivo é então concebido como processo social cuja especificidade está em sua materialidade linguística. Assim, o objeto a propósito do qual a AD produz seu resultado não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico, em que o linguístico intervém como pressuposto; sendo que os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentido e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam. (Op. Cit, p.02)

Método

Muito nos interessa as condições de produção do texto da OLP, suas formações ideológicas presentes em suas formações discursivas e a AD de linha francesa e o texto base de Ginzburg (1989) nos permitiu a análise minuciosa, indiciária, investigativa. O conflito entre as posições de classe e o que pode e deve ser dito para/ pela escola. É libertadora a noção de ideologia trazida pelas autoras, pois nos confronta o tempo inteiro com a suposta neutralidade com que o discurso oficial dos manuais da OLP se apresenta para os professores e alunos das escolas públicas. Esse aparato sócio – histórico está contido numa “inocente” competição da seguinte forma: indicaria em tese quem escreve melhor para ganhar um prêmio nacional e supostamente indicar que foi mais bem treinado por um professor que não burlou as regras e bem executou uma norma prescrita, passo a passo. Em tese, a “neutralidade” do linguístico está materializada num formato de Oficina, texto instrucional e numerado, com regras bem definidas por uma empresa privada bem intencionada em parceria com o governo federal que só quer resolver seu “problema” de leitura e escrita e melhorar o *ranking* do Brasil. Não é bem assim como veremos mais adiante. Lembramos que os textos que compõem a Oficina 01 da OLP encontram – se no site www.escrevendoofuturo.org.br.

Em se tratando das condições de produção, afirmamos que estas não podem ser negligenciadas, pois conforme aponta Pêcheux (1995 *apud* TFOUNI E ASSOLINI, 2008) não são meros complementos e constituem o sentido da sequência verbal produzida o que nos faz perguntar sob quais condições de produção é feito o discurso oficial divulgado pelo governo federal e fundação Itaú social através dos manuais da OLP. A própria noção de autoria será afetada, pois a interdição do sujeito – professor e do sujeito – aluno nas recomendações

imperativas e parafrásticas não lhes dará o direito de posicionarem – se como intérpretes , como sujeitos que produzem e atribuem sentidos.

Não podemos desconsiderar o trabalho que foi feito antes da escola ser convidada a “parar” suas atividades rotineiras e cumprir a quantidade de oficinas da OLP para que os alunos e alunas enfim estivessem devidamente preparados para escreverem os seus próprios poemas. Sim, a competição tem datas estabelecidas para que o texto concorra às finalíssimas municipais, estaduais e nacionais. Para a AD, como dispositivo de análise um objeto simbólico produz sentidos, há historicidade na linguagem em seus mecanismos imaginários. Uma competição que está entrando em sua sexta edição com praticamente o mesmo formato já se consolida nas formações imaginárias da Educação como algo que realmente apresenta bons resultados.

A ideologia dominante percebida até aqui nos faz acreditar que há uma supervalorização dos manuais da OLP sobre o trabalho pedagógico executado durante o ano letivo como se participar dessa competição é que tornaria os alunos e alunas aptos na escrita o que nos remete à tendência de um discurso pedagógico autoritário conceituado por Orlandi (1999) quando assim diferencia:

O tipo *autoritário* é o que tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece). O discurso *polêmico* é o que apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade se dá sob condições, é disputada pelos interlocutores, e em que o objeto do discurso não está obscurecido pelo dizer, mas é direcionado pela disputa (perspectivas particularizantes) entre os interlocutores ,havendo assim a possibilidade de mais um sentido: a polissemia é controlada. O discurso *lúdico*, que é o terceiro tipo, é aquele que tende para a total polissemia, em que a reversibilidade é total e em que o objeto do discurso se mantém como tal no discurso. A polissemia é aberta. O exagero do discurso autoritário é a ordem no sentido militar, o do polêmico é a injúria e o exagero, do lúdico é o *non sense*. Em nossa forma de sociedade atual, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura (op. cit, p.24)

Entendemos que uma competição de escrita forjada por manuais se configura na descrição de Orlandi (1999) como um discurso pedagógico autoritário e nossa análise indiciária do primeiro *corpus*: O texto da Oficina 01 da OLP confirmará ou não nossa suspeita. Entende – se por *corpus* e tendo a AD como ciência não positivista, na qual dados são entendidos como elementos indiciários de um modo de funcionamento discursivo (GINZBURG, 1989). Um recorte sócio- histórico -discursivo e sua possibilidade de múltiplos

sentidos. Conduzidos pelas marcas linguísticas do texto da Oficina 01 interpretaremos o funcionamento autoritário e ideológico do discurso, por meio do apontamento de marcas lingüístico-discursivas.

Quem nos conduz às pistas infinitesimais para a confirmação de um predomínio de tipologia autoritária no texto da OLP é Carlo Ginzburg e seu modelo epistemológico intitulado: o paradigma indiciário, que pode assim ser apresentado: “Os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós”. (GINZBURG, 1989, P.146), o que consolida “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”. (GINZBURG, op. cit, p 148).

A contribuição de Pacífico e Romão (2008) em seu artigo intitulado “Letramento, autoria e interpretação – a propósito de uma competição” nos lançou o desafio de olhar mais atentamente para mecanismos ideológicos da OLP. Inicialmente, o acompanhamento deste trabalho durante o ano letivo de 2016, em uma escola estadual de Jequié nos direcionava, enquanto um projeto de formação de professores do estado da Bahia, com muito entusiasmo para a necessidade de uma proposta de intervenção direta na escola somada à própria existência de um manual que nos daria a “certeza” de que o trabalho seria “bem feito” e a aprendizagem seria mais significativa. Percebemos *a posteriori* a presença maciça de pressupostos cognitivistas exaustivamente empregados em cursos de formação docente, tal como o conceito de “aprendizagem significativa” e que deixam de lado o valor das marcas, pistas e indícios que escapam e que são decisivos para indicar o sujeito do discurso.

Sob a ótica da AD francesa um olhar mais atento se fez necessário nos diversos sentidos mobilizados pelas formações discursivas oficiais contidas na necessidade de uma competição nacional de incentivo à escrita e o discurso institucional ideológico sobre a escola pública ali estava pois se não tivesse um compêndio e professores meramente executores não teríamos “melhoria na leitura e escrita”. O discurso pedagógico autoritário nos ronda e sempre nos fez acreditar na noção de fracasso escolar associado às práticas de pouco planejamento por parte do professor, ao suposto não acompanhamento por parte das famílias, ignorando as condições de trabalho nas escolas e nos obrigando a procurar culpados e colocando o Estado como “redentor” com projetos de formação continuada e manuais e documentos e competições meritocráticas.

Por conta disso, o artigo de Pacífico e Romão (2011) é relevante, pois suas análises profundas e inquietantes norteiam nosso desafio de partir da reflexão iniciada pelas autoras e

encaminhar a análise indiciária sobre o discurso contido nos textos das oficinas. Sensibilizamo-nos com a reflexão trazida pelas mesmas sobre o apagamento da autoria do sujeito –professor como bem descrito nesse trecho:

Se o professor não sabe ocupar a posição de autor, não consegue fazer o seu caderno sozinho, não escreve seu próprio material, tampouco, sabe orientar-se na tarefa de criar propostas redacionais, o Estado o faz. E o faz marcando, na apresentação da apostila, um efeito de salvamento e auxílio. O professor é considerado, aqui, como um consumidor (CORACINI,1999) e não como um pesquisador, como alguém que pode produzir conhecimento. (PACÍFICO E ROMÃO, 2011,p.06).

Orlandi (1999) reverbera esse pensamento quando nos diz da noção psicanalítica de assujeitamento ideológico em Pêcheux (1975) e o quanto a relação desse sujeito com o texto, com o discurso e a inserção desse discurso em uma formação discursiva determinada produz a noção de unidade e transparência. Percebemos claramente nos direcionamentos ditados pelos manuais o assujeitamento dos sujeitos professores e alunos através de uma ideologia hegemônica e autoritária que menospreza as subjetividades e domestica os dizeres. Alunos que se tornarão poetas se cumprirem todas as etapas formais e conhecerem as referências clássicas.

Sentimos que se faz necessário um esclarecimento maior da contribuição da AD para a conjuntura deste trabalho e a explicação de Orlandi (op. cit) sobre texto, sujeito e formação discursiva nos será de grande valia pra a análise indiciária do texto da Oficina 01 da OLP que se dará a seguir:

De acordo com a análise do discurso, o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio- histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito.[...] A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito (ORLANDI,1999,p.58).

Tais posições ideológicas vão se fazendo evidentes pois o Estado é o locutor de um monólogo. Toma a palavra de maneira tão inquestionável que apresenta as regras do jogo, quem pode participar e quais os passos para o sucesso. Numa desigual relação de poder o professor que não inscreve sua turma fica mal visto pela escola e depois não poderá se queixar do baixo rendimento de seus alunos já que teve uma oportunidade de ouro nas mãos. Um trabalho cuidadoso e minucioso e desinteressado com a única intenção de ajudar alunos e

alunas a escreverem melhor. Eis outra disputa já vencida pelos materiais didáticos que chegam às escolas com o foco na escrita de prestígio social. Fica claro para nós a importância de salientarmos a tríplex relação entre sujeito sócio – histórico, formações discursivas e ideologia. Investigaremos em qual posição no discurso os professores e alunos foram colocados ou negligenciados como já suspeitamos e antevimos depois de leituras mais atentas. Pacífico e Romão (2011) nos abriu um infinito de possibilidades nesse artigo.

Mais adiante as autoras vão explicitando como esse conhecimento científico verdadeiro e estável estão presentes nos livros didáticos, na atualização e hierarquização de conteúdos, no pouco ou nenhum espaço destinado à oralidade. O discurso pedagógico de poder que determina o que pode e deve ser dito, interpretado, apreendido, aprendido. A escola que por sua vez reproduz a ideologia dominante, que não privilegia os saberes dos professores e alunos e sempre os substitui por saberes institucionalizados. Define através de uma “seleção natural” quem deverá ter acesso ao conhecimento científico, recorrendo quase sempre à paráfrase para formular seus dizeres. Não historiciza contém a polissemia, teme o novo, “os dizeres precisam ser ancorados no ‘já dito’ para poderem significar”. (PÊCHEUX, 1997a *apud* PACÍFICO E ROMÃO, 2011, P.70)

Percebemos a consonância dos dizeres institucionalizados e o espaço que a escola destina à escrita com a teoria defendida por Pereira (2017), quando afirma que

O processo de reificação faz da escrita, a princípio, uma ‘coisa’, um ‘objeto’ visível e de uso comum, e, ainda, tal como veremos, interfere nos atos do sujeito, interditando –lhe os usos da escrita como prática social e discursiva e admitindo a postura do sujeito em sua relação indireta de intérprete da linguagem.. A partir de Pêcheux (1997), podemos entender que isso ocorre porque, na ‘ciência régia’, o cientista tem a ilusão de que pode falar diretamente o que pensa (Op. Cit., p.179)

A AD francesa tem em Pêcheux (1993) seu aporte e a ilusão do dizer, o já dito, os apagamentos são os constructos teóricos que sustentam nossa pesquisa e que nos coloca diante do que foi anunciado no título do capítulo um, são ideias que não se configuraram na prática como o auxílio desinteressado à melhoria da leitura e da escrita, como o pretexto de que alunos e alunas melhor conhecessem e enaltecem o lugar onde vivem, no falso protagonismo que se deu ao professor ao orientá-lo com um manual que fosse facilitar a sua prática. Nossa análise indiciária do texto da oficina 01 confirmará essa relação desigual e parafrástica instalada entre o saber e o poder, o poder e o não poder dizer, o seguir à risca as instruções e repetir os modelos sem questionar. Ideias que não correspondem aos fatos, literalmente.

Suas ideias não correspondem aos fatos: A análise

Apresentaremos a análise indiciária das condições de produção presentes nas marcas linguísticas dos textos-base da Oficina 01¹ que é dividida em 03 partes, e que se intitula: *Memória de versos e mural de poemas* da OLP, edição 2016 pois entendemos que a leitura atenta deste manual inicial é matéria – prima para nosso trabalho que anunciou anteriormente a predominância do discurso pedagógico escolar autoritário em um monólogo iniciado pela equipe da OLP através de um texto instrucional com itens numerados e seu passo a passo além das recomendações e citações do que fazer, quando e como. A análise ater – se – á às formações discursivas bastantes recorrentes que indiciam a interdição do sujeito- professor e negam ao sujeito – aluno a posição de autor.

A AD se configura como um campo de conhecimento indiciário onde a interpretação é a própria atividade do analista e recorreremos ao paradigma indiciário de Ginzburg (1989) e à alegoria tratada por este quando nos faz regredir no tempo e mostrar as antigas raízes das ciências humanas por volta do final do século XIX baseadas na semiótica, o primeiro caçador que “aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como os fios da barba” (p.151).

As ordenações explícitas e numeradas contidas na Oficina 01 e sua inocente apresentação como uma possibilidade de ampliar o repertório dos alunos, se propondo a partir do que eles já sabem, quais poetas conhecem e apresentando como ponto de partida poetas clássicos ou populares é a conversa inicial, o ponto de partida. A comunidade escolar também seria envolvida, o que ainda não fica claro do “como fazer”. O discurso pedagógico autoritário, bem versado por Orlandi (1999) é comprovadamente percebido pela predominância de imperativos: *converse* com seus alunos, *registre* no seu diário, *proponha-lhes* que leiam em voz alta. Pacífico e Romão (2011) já nos alertava sobre esse apagamento do sujeito - professor, onde a predominância da paráfrase sobre o discurso lúdico manteria a hegemonia do estado e concretizaria esse dizer autoritário e muitas vezes inquestionável, pois têm – se que seguir as “dicas” das Oficinas à risca para se ter um “bom” produtor de poemas, ou seja, um autor do seu próprio discurso, como se isso fosse realmente possível o que nos remete a estas autoras quando afirmam:

¹ O texto-base da Oficina 01 encontra-se disponível no site oficial da OLP no endereço: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/>>

O indivíduo é interpelado pela ideologia, entendendo ideologia como um mecanismo que naturaliza os sentidos, isto é, faz parecer natural um dizer e o apagamento (ou silenciamento) de outros dizeres, como se os sentidos estivessem presos às palavras e houvesse uma única possibilidade de interpretação destes sentidos. É a ideologia que captura o sujeito em suas formulações, criando um efeito de identidade do sujeito, como único, e o faz por meio de dois esquecimentos (PÊCHEUX, 1997a) ou ilusões necessárias, o sujeito acredita ser a origem de seus dizeres e, acredita, também, que aquilo que diz corresponde ao que está pensando, esquecendo – se ainda de que a linguagem é incompleta (embora a ideologia crie a ilusão de sua completude) (PÊCHEUX, 1997a apud SOUZA E PACÍFICO, 2011, p.73)

As “sugestões” que são dadas sempre são do próprio material selecionado pela equipe que assina a OLP, eis aí mais um intencional apagamento: quem seriam esses autores? Nomes consagrados na área de didática? Literatos clássicos e contemporâneos no que se refere a poema e poesia? A escola pública se configuraria então como mera receptora de conteúdos conceituais e procedimentais e atitudinais obrigatórios para um ensino de qualidade e o formato de manual instrumentalizaria até mesmo um professor “leigo”. É só seguir o manual que não tem erro. Sem contar que não é possível também questionar a escolha do gênero, já que a própria OLP determina qual ano/ série estudará o gênero textual. Percebemos na escolha de poemas para turmas de sexto ano uma suposta hierarquia entre o que e quando se ensinar. Como se alunos seduzidos por um gênero lúdico, mesmo que apresentado por paráfrases e de maneira autoritária e “mais fácil” tomaria gosto pela escrita e escreveria mais e melhor dando sequência a hierarquia entre os gêneros.

No item 4 da Oficina 01 evidencia-se uma noção de baixa qualidade associada ao espontaneísmo como se ao se falar o que pensa ou sabe seriam um dos raros momentos em que se sairia do roteiro e não se poderia controlar a *qualidade* do dizer. A noção de certo e errado ainda não será explorada o que, sem disfarces, o manual não dá brechas para que o sujeito – aluno e o sujeito – professor façam uso da polissemia. Já já o que é certo será louvado e o que é errado será rejeitado. Sempre tendo a escrita como referência de sujeitos letrados, ou seja: autores. O silenciamento do sujeito – aluno vai ficando cada vez mais evidente assim que as “orientações neutras” avançam. O item 5 já interdita o lúdico explicitamente pois volta-se para a estrutura formal que deve ser percebida pelos alunos: rimas, repetições e efeitos sonoros. As oficinas mais adiante explorarão a forma em detrimento do conteúdo com passo a passo bem definidos. Não percebemos ainda referências às infinitas possibilidades de interpretação e usos que as palavras podem ter nos poemas pois nada pode sair conforme o previsto/ ditado.

Na etapa 2 da oficina 01 intitulada *Memória de versos da comunidade* os alunos e alunas são “orientados” a pesquisar na comunidade escolar pessoas que conhecem poemas, que gostem de poemas ou até mesmo algum poeta, se houver, mas no item 4 é “recomendado” ao professor, que também faz parte da comunidade escolar, que leve poetas “consagrados” sem esquecer os modernistas e contemporâneos (os nomes dos tais poetas consagrados são citados, elencados) e por fim um poeta regional numa clara dicotomia: clássicos versus populares. A ideologia explícita nos imperativos e a tentativa de naturalização dos sentidos como bem diz Pêcheux (1997) sobre a hierarquização dos dizeres. Há todo o tempo o controle, as “dicas” e “sugestões”. De quando em vez, o sujeito- professor pode até mesmo contribuir com o acervo contanto que seja com os autores que são considerados consagrados pela equipe da OLP. Naturalizando – se assim quem pode dizer e quem deve executar.

Na etapa 5 da mesma oficina aparecem no mural os poemas mais “interessantes” (expressão nossa). Afinal de contas não se expõe nos murais das escolas textos “qualquer texto” o que indicia mais uma vez o discurso pedagógico escolar autoritário presente nas formações discursivas e imaginárias e suas interdições. A noção de professor descuidado / displicente e de alunos sem condições de expor seus poemas mais espontâneos sem antes passarem por uma cuidadosa revisão controlada pelas “orientações” de uma equipe preocupada e zelosa.

A etapa 3 intitula-se *Um mural caprichado* em que mais uma vez a equipe se posiciona claramente e reforça através do adjetivo “caprichado” no título que só pode chegar a essa etapa quem tem o cuidado “sugerido” na etapa 2 já que não se trata aqui de qualquer mural ou de murais que tenham sido feitos até então por essa turma. Houve uma preparação cuidadosa e apresentada pelos imperativos de uma oficina que ensina como se faz e o passo a passo, numerados, segmentados, interditando quase que completamente os sujeitos envolvidos. Evitando a brincadeira com as palavras, não se apegando muito a poetas regionais, pois os “consagrados” têm muito a dizer, interpretando o que entendeu dos poemas por pouco tempo, único momento em que a oralidade do aluno é exercitada, e o registro escrito vai para o mural com recomendações explícitas pois não é qualquer texto que pode ir para um mural “caprichado”.

No item 1 dessa etapa o uso do *também pode* indicia uma inovação no ensino através de um registro em blog, gênero virtual pouco utilizado pelas escolas públicas por conta de sua ínfima estrutura, sem contar que o professor tem que dominar a habilidade de saber criar um blog, um serviço extra, trabalhoso, quase que inalcançável mas a equipe redentora da OLP

também indica a ferramenta: *Padlet* e também instrui como fazer já que esse professor não tem formação suficiente nem mesmo para criar um mural com seus alunos, o *deles* é diferenciado pois é caprichado. No item 2 até o papel de que será feito o mural é “indicado” e o lugar e o conteúdo chamativo nos dão indícios de uma escola com poucos recursos e pouca formação de professores que nem ao menos têm habilidades consolidadas para fazer um mural de maneira correta e cumprir a função do gênero: anunciar um conteúdo de maneira caprichada e chamativa. Os termos *bem* e *boa* no item 3 indiciam formações imaginárias tão bem consolidadas às quais as escolas públicas foram submetidas ao longo da história da educação e validadas por uma competição onde vence quem fizer o melhor poema. Leia – se: melhor aos “moldes” dados.

Considerações Finais

A partir do quadro teórico ao qual nos filiamos e das análises apresentadas dos trechos que compõem a Oficina 01 da OLP (os textos das oficinas da OLP na íntegra encontram – se no site : www.escrevendoofuturo.org.br) a análise indiciária de pormenores negligenciáveis desse manual será o mote para a pesquisa em andamento. Percebemos o quanto os gestos de interpretação são contidos, o quanto há de prioridade ao explorar o gênero poema a partir de autores consagrados e características formais; o confronto entre a tipologia autoritária e lúdica, que é interdita pelo universo da oralidade, bem como o caráter de oficina que transforma a sala de aula num ambiente de execução com pouco ou quase nenhum lugar para que os sujeitos-professores e alunos ocupem a posição de autor. Antecipamos em dizer que assumir a posição de autor responsabilizando–se pelo seu dizer torna-se impraticável num ensino parafrástico e autoritário. A intenção da equipe da OLP parece boa à primeira vista, mas os implícitos nos mostram ideologias de controle, imperativos, oficinas, resultados, prêmios nacionais. Um analista do discurso é obrigado a interpretar os sentidos e questionamos as reais intenções dessa competição que parece, mas NÃO é. A pesquisa continua...

REFERÊNCIAS

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo, v.28, n.1, p143-179, 1989.

MAZIERE, Francine. A análise do discurso: história e práticas; tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E, P, Discurso e Leitura. 4 ed. São Paulo, Cortez, 1999.

_____. O discurso pedagógico: a circularidade. In.: E. P ORLANDI. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4^a. Ed.Campinas/SP: Pontes. 2001. 15-23.

PACÍFICO,S.; ROMÃO,L. Letramento, autoria e interpretação: a propósito de uma competição. In **Revista Linguagem**,16^o Edição, São Paulo,2011.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do Óbvio. Campinas: Ed. Da Unicamp. 1988.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento/ Michel Pêcheux. Tradução: Eni P. Orlandi- 7^a edição, Campinas, SP: Pontes editores, 2015.

PEREIRA, A.C. Letramento e reificação da escrita. Campinas/SP: Mercado de letras. 2011.

PEREIRA, A. C. Letramento : o alcance político de uma questão. Revista Acta Scientiarum, Maringá, v.39, n.2, p.175-184, Abril – Junho , 2017.

SOUZA, Juliana Christina Resende e PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Sujeito e autoria no contexto escolar: contribuições da Análise do Discurso. Revista da SPAGESP, julho-dezembro. 2011, Vol. 12, n.2, pp.68-84.

TFOUNI. L. V. Perspectivas históricas e a-históricas do letramento, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 26, p.49-62. 1993.

TFOUNI,L.V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez,1995.

_____. *A emergência da função poética em adultos não alfabetizados*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1996. Mimeo.

_____. Características do discurso escrito nas narrativas orais de ficção de uma mulher brasileira analfabeta. *Itinerários*, Araraquara, n.12, 1998.

_____. Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento. Campinas, SP: Mercado das Letras. p. 77-94, 2001.

_____.Letramento e autoria: uma proposta para contornar a dicotomia oral/ escrito. *Revista da ANPOLL*, campinas, n.18, p. 127-141, 2005.

_____. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. *In*: SIGNORINI, I. (org). Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento. Campinas, SP: Mercado das letras, 2001. p. 77-97. (Coleção Ideias sobre linguagem).

_____.& ASSOLINI, Eliane. Interpretação, autoria e prática pedagógica escolar, **Revista Odisseia**, UFRN, Num 01, 2008.

_____.& PEREIRA, A.C. Letramento e formas de resistência à economia escriturística. **Fórum Linguístico** (UFSC), v. 6, p. 67-79, 2009.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Maria Carolina de Souza Oliveira

Licenciada em Letras com Inglês pela UESC e mestranda do programa de pós graduação em Educação (PPGED/UESB), SEC/Bahia, Brasil. Integrante do grupo de investigação sobre narrativas, práticas letradas e discurso- GRINPRALED, mcsoliviera@yahoo.com.br

Anderson de Carvalho Pereira

Doutorado em Ciências (Psicologia) pela USP. Professor titular da UESB, Programa de Pós-Graduação em Educação; Grupo de investigação sobre narrativas, práticas letradas e discurso (GRINPRALED/CNPq/UESB). e-mail: apereira.uesb@gmail.com